

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.793 - PR (2019/0238332-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : ANTONIO CARLOS LOVATO
RECORRENTE : LAERCIO ROSSI
RECORRENTE : MILTON ANTONIO OLIVEIRA DIGIACOMO
ADVOGADOS : WALTER BARBOSA BITTAR E OUTRO(S) - PR020774
RAFAEL JUNIOR SOARES - PR045177
LUIZ ANTONIO BORRI - PR061448
RODRIGO JOSE MENDES ANTUNES - PR036897
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : ANA PAULA PELIZARI MARQUES LIMA
INTERES. : CLOVIS AGENOR ROGGE
INTERES. : EDILSON EDIMAR FERREIRA
INTERES. : ELETRO GLP COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA
INTERES. : GILBERTO DELLA COLETTA
INTERES. : GILBERTO FAVATO
INTERES. : JOSE APARECIDO VALENCIO DA SILVA
INTERES. : JOSÉ HENRIQUE HOFFMANN
INTERES. : LIDIO FRANCO SAMWAYS JUNIOR
INTERES. : LUIZ ANTONIO DE SOUZA
INTERES. : MARCIO DE ALBUQUERQUE LIMA
INTERES. : MARCOS LUIS FERREIRA ARRABAÇA
INTERES. : PAULO ROBERTO ANELLI
INTERES. : RONIVALDO COSTA ZANI
INTERES. : ADEMIR DE ANDRADE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ANTONIO CARLOS LOVATO E OUTROS, com base nas alíneas **a** e **c**, do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DECRETO CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. DESDOBRAMENTOS CÍVEIS DA OPERAÇÃO PUBLICANO. RECEITA ESTADUAL. COLABORAÇÃO PREMIADA. UTILIZAÇÃO EM PROCESSO CÍVEL. POSSIBILIDADE. PRAZO EM DOBRO. LITISCONSORTE COM DIFERENTES PROCURADORES. INCIDÊNCIA DO ART. 191 DO CPC/1973. DECRETO CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS *FUMUS BONI IURIS*. PRESENÇA. INDÍCIOS DE

MATERIALIDADE E AUTORIA. COMPLEXO ESQUEMA DE SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRIBUTÁRIOS E LAVAGEM DE ATIVOS, QUE GERARAM A UM SÓ TEMPO, ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE AGENTES PÚBLICOS E VULTUOSO PREJUÍZO AO ERÁRIO DO ESTADO, EM DECORRÊNCIA DA SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS. *PERICULUM IN MORA*. PRESUNÇÃO. PROCEDIMENTO DOS PEDIDOS DE DESBLOQUEIO E SUBSTITUIÇÃO DE BENS INDISPONÍVEIS. AUTOS APARTADOS. PROCEDIMENTO ESPECIAL DE ALVARÁ. ART. 725, VII, DO NCPC/2015. POSSIBILIDADE. CELERIDADE E EFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

1. A decisão recorrida estendeu-se demasiadamente sobre a questão, não justificando a assertiva de ausência de fundamentação que possa dar ensejo a sua nulidade.
2. Aquele que colabora de maneira importante com a investigação deve ter a pena diminuída, atenuada, ou até mesmo ser aplicado o perdão judicial, de acordo com a participação no ato de improbidade administrativa.
3. Os dispositivos processuais da LIA podem ser perfeitamente complementados pelo Código de Processo Civil e, da mesma forma, supridos pelo estatuto processual quando aquela lei apresentar lacunas.
4. *'Tratando-se de processo em autos eletrônicos, passa a prever o § 2º, do artigo em comento a inaplicabilidade do prazo em dobro, o que se compreende dado que as dificuldades de disponibilidade dos autos físicos que justificavam o prazo estendido inexistem na hipótese de autos eletrônicos.'* (AMARAL, Guilherme Rizzo. Comentários às Alterações do Novo Código de Processo Civil, São Paulo: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2015, p. 321).
5. Uma vez presente a fumaça do bom direito consubstanciado na prática de ato ímprobo, a decretação da indisponibilidade de bens do agravante era medida impositiva, com intuito resguardar o ressarcimento ao Erário, nos termos do art. 7º e parágrafo único da Lei nº 8.429/1992.
6. A medida constritiva de indisponibilidade de bens não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, pois o *periculum in mora* é presumido pela mera

existência de fundados indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário.

7. A adoção do procedimento especial de alvará para a liberação e/ou substituição de bens indisponíveis afigura-se razoável e nenhum prejuízo traz às partes, além de evitar tumulto processual ou desordem à correta instrução do feito principal por causa dos diversos incidentes a serem instalados em consequência do decreto de indisponibilidade de bens.

RECURSO NÃO PROVIDO" (fls. 2.304/2.305e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DECRETO CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. DESDOBRAMENTOS CÍVEIS DA OPERAÇÃO PUBLICANO. RECEITA ESTADUAL. VÍCIOS DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, E CONTRADIÇÃO NO TOCANTE ÀS ALEGAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO DOS EFEITOS DA COLABORAÇÃO PREMIADA À AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO ÍMPROBO, PRAZO PROCESSUAL, E O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE BENS. INEXISTENTES. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIAS JÁ DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. ATO DA PARTE. DESNECESSIDADE DE MENÇÃO EXPRESSA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUSCITADOS.

Uma vez que o acórdão embargado se manifestou expressamente sobre todas as alegações postas no recurso, com a devida fundamentação pertinente à espécie, não existe vício a ser sanado, mas mero inconformismo da parte embargante com o resultado do julgamento.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS" (fls. 2.369/2.370e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 7º e 17, § 1º, da Lei 8.429/92, 4º, § 2º, § 16, da Lei 12.850/2013, 841 do Código Civil e 4º da LINDB, 198 do CTN.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta que a) "não há como prosperar a tentativa do *Parquet* de alargar os efeitos da delação premiada, (...) com efeitos jurídicos exclusivamente no âmbito penal, para alcançar também as ações de improbidade administrativa, especialmente porque envolvem interesse público e indisponível, sob pena de ofensa manifesta à lei" (fl. 2.408e); (b) "da análise da petição inicial do Ministério Público, bem como da decisão de primeiro grau que decretou a indisponibilidade de bens em desfavor do recorrente, depreende-se que tais indícios que ampararam o reconhecimento da presença do *fumus boni iuris* consistem tão somente em informações obtidas através das declarações de colaboradores premiados" (fl. 2.418e); (c) "não é possível a utilização pelo *Parquet* de elementos probatórios resguardados por sigilo fiscal sem a intervenção do Poder Judiciário, pouco importando tratar-se de pessoa física ou jurídica, uma vez que a proteção decorre de cláusula constitucional" (fl. 2.421e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial, para "reformular o acórdão recorrido, afastando a decretação de indisponibilidade de bens, em face da impossibilidade de presunção do *fumus boni iuris*, vislumbrada pela utilização, única e exclusiva, de declarações de corréus delatores para a sua decretação" e "determinando-se o desentranhamento dos elementos probatórios revestidos de sigilo fiscal que foram obtidos sem a necessária intervenção judicial" (fl. 2.428e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 2.523/2.528e).

A irresignação não merece prosperar.

Na análise da controvérsia trazida aos autos, o Tribunal de origem manteve o deferimento da medida de indisponibilidade de bens do réu, em ação de improbidade administrativa, "porque não se está diante de sentença condenatória proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador, nos termos da referida legislação, **mas sim de indícios da prática de atos ímprobos, obtidos com a delação premiada, a justificar o decreto da indisponibilidade de bens para resguardar eventual ressarcimento ao erário pelos prejuízos causados**" (fl. 2.319e). Acrescentou que "os coautores ou partícipes delatados, que figurarem como imputados nos procedimentos, terão legitimidade para confrontar, em juízo, as afirmações sobre fatos relevantes feitas pelo colaborador e as provas por ele indicadas. Além de impugnar, a qualquer tempo, as medidas restritivas de direitos fundamentais eventualmente adotadas em seu desfavor com base naquelas declarações e provas, inclusive sustentando sua inidoneidade para servir de plataforma indiciária para a decretação daquelas medidas. Mas não, repita-se, para impugnar os termos do acordo de colaboração feito por terceiro" (fl. 2.323e).

Considerou, então, estarem presentes os requisitos necessários à decretação de indisponibilidade de bens, eis que, **"o *fumus boni iuris* está presente, já que existem fundados indícios da prática de atos de improbidade, em tese, especialmente nas**

Superior Tribunal de Justiça

informações e provas contidas nos autos do inquérito Civil e nas Medidas Cautelares realizadas pelo Ministério Público do Paraná. Não se trata de promover julgamento prévio, mas de utilizar o poder geral de cautela para impedir que o presente processo reste infrutífero ao seu final, caso haja condenação, por ausência de bens e valores em nome dos envolvidos" (fls. 2.338/2.339e).

Nesse contexto, para alterar a conclusão do acórdão recorrido – no sentido de que estariam presentes os indícios da prática de atos de improbidade administrativa, com base nas provas contidas no inquérito civil e nas medidas cautelares realizadas pelo **Parquet**, necessários à decretação da medida de indisponibilidade de bens – seria necessária a análise do conjunto fático-probatório, o que é vedado a esta Corte por sua Súmula 7: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido, **"o exame da presença ou ausência dos requisitos que autorizam o deferimento de medidas acautelatórias ou antecipatórias constitui matéria de fato, sendo, portanto, em regra, incompatível com a via recursal extraordinária. Incidência da Súmula n. 7/STJ"** (STJ, AgRg no REsp 1.581.564/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2016).

Por fim, acerca da suposta ofensa ao art. 198 do CTN, verifica-se que a tese de necessidade de desentranhamento das provas revestidas de sigilo fiscal não foi objeto das razões de Embargos de Declaração, somente tendo sido suscitada pela parte recorrente nas razões do presente Recurso Especial, em indevida inovação recursal.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal **a quo**").

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora